

O presidente que o País deseja

As últimas pesquisas sobre eleições presidenciais levantaram uma importante questão: se a recondução de Fernando Henrique não é necessariamente uma certeza, que presidente este país gostaria de ter em seu lugar?

Em sua entrevista coletiva da semana passada, nos jardins do Palácio do Planalto, Fernando Henrique enfatizava as realizações de seu governo e admitia ter cometido alguns erros. Quais teriam sido eles?

O atual mandato começou em estado de graça. Um plano de estabilidade corajoso e competente finalmente parecia – para espanto e alívio geral – resolver a maldição da inflação crônica. Um presidente honrado e inteligente indicava o caminho da integração do País ao cenário global, legitimado por um passado de esquerda que prometia um olho atento no social. O que foi sancionado pelo significativo crescimento inicial de renda dos mais pobres, conseguido com a estabilização.

O resultado sobre a inflação foi magnífico. Ele dependia substancialmente, porém, da queda dos preços provocada pelas importações – amparada por um câmbio favorável –, causando importante déficit na balança comercial, a ser financiado pela entrada de capitais estimulados por um juro alto. Este, por sua vez, realimentaria a dívida interna e os serviços da conta externa.

Portanto, três ações estruturais de médio prazo seriam fundamentais. A primeira, um forte aumento da produtividade local, estimulada pela competição externa – mais as reformas na infra-estrutura e na política tributária –, que pudesse compensar a médio prazo o defasamento cambial e retomar as exportações.

A segunda, um ataque competente nas reformas administrativa, previdenciária e fiscal, que permitisse uma tendência de redução do déficit do Tesouro – auxiliado pela privatização das estatais –, abrindo espaço para futura redução dos juros a um padrão civilizado.

E, finalmente, uma ousada ação de privatização que – ao mesmo tempo – desse liquidez a ativos públicos enterrados, estimulasse a entrada de um grande fluxo de capitais externos para ajudar nas reservas e elevasse a produtividade dos



O que a maioria parece querer é "mais PT" na atual aliança em torno do PSDB

serviços de infra-estrutura em benefício do consumidor.

Enquanto tudo isso ocorresse, a torcida era para que a dinamização da economia fosse suficiente para diluir efeitos negativos desses processos sobre o emprego e a renda. Sem dúvida, uma bela e complexa aposta, claramente suportada pela sensação de que, apesar dos riscos, não havia outra melhor.

Quase terminando este mandato, e aproximando-se o período eleitoral, qual o balanço dessa enorme empreitada?

A vitória sobre a inflação já dura quatro anos e continua com fôlego. Alimentos, vestuário e despesas pessoais garantiram um excelente desempenho do índice geral de preços, ainda pressionado por habitação, saúde e educação. Como estes últimos têm algum espaço para cair, por meio de competição e mais eficiência, nada a temer a curto prazo. O resultado comercial e o balanço de transações correntes com o exterior, fortemente pressionados por uma importação que praticamente dobrou durante o Plano Real, atingiram seu pior momento no ano passado, com déficits de US\$ 8 bilhões e US\$ 33 bilhões cada. Enquanto o saldo comercial só este ano mostrou alguma reação – que o governo

julga definitiva, porque estrutural –, o buraco externo foi sendo crescentemente financiado por um volume inédito de recursos internacionais, compostos por investimentos diretos de empresas transnacionais destinados à compra de ativos industriais e de privatização; e capital volátil ávido de abocanhar um dos mais altos juros disponíveis no mercado mundial. A crise asiática de 1997 levou parte desse capital arisco, que acabou voltando ao lhe ser dobrada a taxa de remuneração. Operação competente e arriscada do Banco Central, que acabou sendo perdoadada até por seus piores críticos. O fato é que, apesar do fraco desempenho internacional destes quatro anos, a reestruturação industrial nacional dá sinais de avanço e as reservas poderão atingir no final do governo, salvo nova explosão da crise internacional, a expressiva soma de US\$ 70 bilhões, 50% mais que no início do governo.

Nas reformas, tendo de negociar com uma base de apoio complexa e fisiológica, o governo fez muito menos do que esperava. Na administrativa, avançou razoavelmente. Mas, na previdenciária, acabou tendo de aceitar o ruim para não ficar com o péssimo. E, na fiscal, propôs, recuou e acabou mudando – para melhor – ao radicalizar o conceito de valor adicionado. Os efeitos desta última proposta nos Estados e municípios, porém, só agora estão sendo determinados. De qualquer forma, as fissuras

nas suas bases de apoio foram tantas que, nesta altura de um ano eleitoral, só depois do Congresso renovado é que dará para avançar.

Os problemas mais sérios estão, porém, no campo social. A opção de inserção do País no quadro global é correta, até porque inevitável. Ela gera claras vantagens e importantes opções, mas também tende a agravar, pelo menos no curto prazo, a questão social. As modernizações do Estado e do setor privado limitam o crescimento dos empregos formais, induzem sua flexibilização e fazem agravar a informalidade. Esgotados os efeitos do crescimento de renda do Real, e não tendo sido permitido à economia crescer a taxas razoáveis, a questão social – que sempre foi muito grave entre nós – tende a polarizar o discurso pré-eleitoral.

Aí está a grande dificuldade de Fernando Henrique. Pressionado por sua origem de esquerda e temendo cair na hipocrisia do populismo, este governo foi passando a setores da sociedade a distorcida sensação de não estar atento e solidário com o agravamento – circunstancial ou não – da crise social. Posto na defensiva, até aqui seus gestos deram a impressão de insuficientes e defasados.

As recentes pesquisas indicam que a maior parte do País deseja a estabilidade, a austeridade e o nível intelectual que Fernando Henrique garantiu, recheados – se possível – da agressividade e sensibilidade sociais que Lula promete. Ainda que – por enquanto –, se for forçado a optar, o País prefira ficar com a estabilidade. Mas essas duas demandas não são, necessariamente, incompatíveis.

Por que não admitir claramente que o agravamento social é um dos riscos óbvios da globalização e deve gerar ações concretas para a amenização da exclusão, sem que o governo abra mão da direção fundamental?

Por que não atrair e integrar nas ações públicas movimentos sociais importantes que já demonstraram eficácia com os excluídos? A indicação de ministros fortes e comprometidos com o social – como Serra na Saúde –, seguida de ações enérgicas e gestos simbólicos do governo, não permitiria uma síntese adequada?

O que a maioria do País parece querer é “mais PT” na atual aliança em torno do PSDB. Será que é desejar o impossível?

